



# TJDFT

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**Concurso Público**  
**Nível Médio**

Aplicação: 27/3/2008

**Cargo 38:** TÉCNICO JUDICIÁRIO  
ÁREA: ADMINISTRATIVA

**TARDE**

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente a transcrição de seus dados pessoais no topo desta página e de seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se o caderno contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno tenha qualquer defeito ou haja discordância quanto aos seus dados pessoais, conforme o item 1, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I 4/3/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet – [www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007)
- II 5 e 6/3/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, na Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 2/4/2008 – Resultado final das provas objetivas e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1 – TJDFT, de 18/12/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/tjdf2007).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção de suas provas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 Observando-se o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma. É verdade que em alguns setores aquela transformação já é profunda e é diante de elementos própria e positivamente novos que nos encontramos. Mas isto, 4 apesar de tudo, é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de achar aí e que não é senão aquele passado colonial. (...) Se vamos à essência de nossa formação, veremos que 7 na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, 10 que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. (...) Este início se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. (...) Para o economista, reconhecer o terreno nessa complexidade tremenda, destacar e isolar formas, classificá-las convenientemente, descobrir suas relações e entrosá-las num sistema geral em que se 13 configurem os problemas reais da economia brasileira, fazer ciência em suma, tudo isso se torna extremamente difícil, e mesmo impraticável sem uma perspectiva de conjunto e que não é outra senão a história.

Caio Prado Júnior. **Caio Prado Júnior: história**. São Paulo: Ática, 1982, p. 78, 94, 95 e 182 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, acerca das idéias e estruturas lingüísticas do texto do historiador, economista e filósofo Caio Prado Júnior apresentado acima.

- 1 De acordo com o texto, o Brasil, apesar de estar em “franca e ativa transformação” (l.1), mantém elementos antigos na contemporaneidade.
- 2 Infere-se do texto que os elementos positivos de transformação da sociedade brasileira são ilusórios, pois não são efetivamente novos.
- 3 Em relação ao conjunto do texto, as expressões “mais tarde” (l.7), “depois” (l.8) e “em seguida” (l.8) são marcas temporais que evidenciam a mudança dos ciclos econômicos do Brasil e, simultânea e contraditoriamente, a permanência da lógica que justifica a existência de cada um deles.
- 4 No trecho “Este início se gravará profunda e totalmente” (l.10), o emprego do verbo no futuro do presente do indicativo indica que o autor faz uma previsão a ser ainda consumada.
- 5 De acordo com o texto, as “feições” (l.11) do país, embora não estejam ainda definidas, têm como traço principal a essência da formação nacional, isto é, o fato de o país ter vindo à existência não para si mesmo, mas para o mercado europeu.
- 6 Segundo o autor, uma análise científica do Brasil atual, que não perca de vista a realidade brasileira, deve eliminar voluntariamente as complicações que desfiguram a formação do país e separar, classificar e isolar cada um dos elementos formadores da nacionalidade, para, assim, chegar a uma concepção histórica e linear do modo de ser brasileiro.

- 1 O interesse de todos é o desenvolvimento do Brasil e a oportunidade de se posicionar como líder em um momento de transição global, em que se apresentam oportunidades indiscutíveis nas áreas de agricultura, aeronáutica, mineração e petróleo. O que precisamos é manter o que está sendo construído e focar na solução dos 4 problemas que entrem um crescimento ainda maior, com base em diagnósticos claros e profissionais — sem preconceitos.

Fábio C. Barbosa. **O desenvolvimento passa pelo crédito**. In: *Correio Braziliense*, 13/1/2008 (com adaptações).

A partir do fragmento de texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 7 O desenvolvimento da argumentação do texto permite articular os dois períodos sintáticos que constituem o texto com o conectivo **Por isso**; dessa forma, o segundo período sintático começaria como: **Por isso, o que precisamos (...)**.
- 8 A expressão “ainda maior” (l.4) sugere que já está ocorrendo um grande desenvolvimento no Brasil.
- 9 Se o teor do fragmento de texto acima apresentado fosse parte integrante de um parecer, atenderia às normas de redação oficial um parágrafo final assim redigido:  
Considerando-se as necessidades mencionadas, recomenda-se:  
a) objetividade e clareza nos diagnósticos;  
b) aprimoramento das soluções apresentadas.  
É o parecer.

1 Por 500 anos mentiram para nós. Esconderam um dado muito importante sobre o Brasil. Disseram-nos que  
éramos *brasileiros*. Esconderam todo esse tempo o fato de que o termo *brasileiro* não é sinônimo de cidadania, e  
sim o nome de uma profissão. *Brasileiro* rima com *padeiro, pedreiro, ferreiro*. *Brasileiro* era a profissão daqueles  
4 portugueses que viajavam para o Brasil, ficavam alguns meses e voltavam com ouro, prata e pau-brasil, tiravam  
tudo o que podiam, sem nada deixar em troca. *Brasileiros* não vêm o Brasil como uma nação, mas uma terra a ser  
explorada, o mais rápido possível. Investir no país é considerado uma burrice; constituir uma família e mantê-la  
7 saudável, um atraso de vida. Só que você, caro leitor, é um *brasiliano*. *Brasiliano* rima com *italiano, indiano,*  
*australiano*. *Brasiliano* não é profissão, mas uma declaração de cidadania. São 500 anos de cultura brasileira que  
precisamos mudar, a começar pela nossa própria identidade, pelo nosso nome, pela nossa própria definição.

Stephen Kanitz. **Brasileiros e brasileiros**. In: *Veja*, 26/12/2007 (com adaptações).

A respeito da organização do texto acima, julgue os seguintes itens.

- 10 A argumentação do texto faz a distinção entre *brasileiros* a *brasilianos*: os primeiros visam à mera exploração da terra; os segundos são os verdadeiros cidadãos do Brasil.
- 11 O desenvolvimento das idéias do texto mostra que o sujeito subentendido dos verbos “mentiram (l.1), “Esconderam” (l.1) e “Disseram” (l.1) são os “portugueses que viajavam para o Brasil” (l.4).
- 12 Mantêm-se a coerência da argumentação e a correção gramatical do texto ao se empregar **Um brasileiro não vê** em lugar de “*Brasileiros não vêm*” (l.5).
- 13 A vírgula depois da oração “e mantê-la saudável” (l.6-7) indica que essa oração constitui um aposto explicativo para a oração anterior.
- 14 Para que as regras de formalidade do português fossem plenamente respeitadas, na inserção do trecho “São 500 anos de cultura brasileira que precisamos mudar” (l.8-9) em um documento oficial, como um relatório ou parecer, por exemplo, deveria ser empregada a preposição **de** antes do pronome relativo em “que precisamos mudar”.

---

O impacto da violência, que vitimou mais de meio milhão de pessoas no Brasil entre 1996 e 2006, é alto para a rede pública de saúde. Custa aos cofres federais R\$ 4,8 bilhões por ano, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para se ter idéia do que isso significa, todo o orçamento do Ministério da Saúde, em 2007, foi de pouco mais de R\$ 47 bilhões. O dado virou a principal bandeira do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), que está elaborando o estudo **Violência: Epidemia Silenciosa**, para mobilizar autoridades do setor e exigir providências do governo federal. A movimentação se intensificou após a divulgação do Mapa da Violência, mostrando que houve quase 50 mil homicídios no país em 2006. “A única forma de encarar a violência como problema de saúde pública é focar o atendimento nas áreas de álcool, drogas e depressão”, diz o presidente do CONASS.

*Correio Braziliense*, 1.º/2/2008, p. 12 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 15 Infere-se do texto que a violência, em suas mais diversas formas, adiciona aos efeitos humanos que acarreta, que vão da morte à mutilação física e emocional, pesadas perdas financeiras que recaem sobre a sociedade.
- 16 Os dados relativos aos custos da violência para a rede pública de saúde apresentados no texto não podem ser considerados oficiais, pois foram calculados por uma organização não-governamental.
- 17 O texto sugere que a ausência de mecanismos institucionais de pressão dos estados sobre a União, na área da saúde, explica, em larga medida, os problemas vividos pelo setor.
- 18 Por pressão da sociedade, o Estado brasileiro viu-se obrigado a banir dos meios de comunicação, especialmente do rádio e da televisão, peças publicitárias de bebidas alcoólicas.
- 19 Com o objetivo de reduzir a violência no trânsito do país, o governo federal editou medida provisória que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais.
- 20 Apesar de ainda intenso, o tráfico de drogas ilícitas no Brasil mantém-se claramente afastado das conexões internacionais que sustentam o crime organizado em escala global.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, tendo como base o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

- 21** Marcelo é desembargador, compondo uma das turmas do TJDFT. Felipe é primo de Marcelo e tomou posse no cargo de desembargador do TJDFT.  
Nessa situação, não há óbice a que Felipe tenha assento na mesma turma em que Marcelo é membro.
- 22** A 1.<sup>a</sup> Turma do TJDFT, ao analisar *habeas corpus* impetrado em favor de paciente preso, decidiu conceder a medida.  
Nessa situação, a exequibilidade da decisão depende da elaboração do acórdão.
- 23** Paulo, não se conformando com sentença proferida pelo Juizado Especial Cível de Brasília – DF, que julgou improcedente seu pedido, interpôs recurso à turma recursal. Entretanto, por decisão interlocutória, foi negado seguimento ao recurso inominado, com base em suposta intempestividade.  
Nessa situação, é cabível a reclamação contra o referido ato jurisdicional.
- 24** Decorridos vários anos após ter cumprido a pena a que fora condenado em ação penal pública de competência originária do TJDFT, José, verificando preencher os requisitos, promoveu incidente de reabilitação.  
Nessa situação, a competência para julgamento do pedido de José é do Conselho Especial.
- 25** Mariana, após ter cumprido integralmente seu mandato de presidenta do TJDFT, pretende candidatar-se a vice-presidenta ou corregedora.  
Nessa situação, se Mariana for eleita vice-presidenta ou corregedora, ficará impedida de ser eleita novamente para presidenta até que todos os demais desembargadores ocupem também esse cargo.

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 26** A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade é definida na Constituição como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- 27** A integração econômica, política, social e cultural dos povos, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, é uma determinação constitucional que rege a relação entre a República Federativa do Brasil e os países da América Latina.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

- 28** Juliano, nomeado para o cargo de secretário do governo do Distrito Federal (DF), foi acusado da prática de crime de porte ilegal de arma.  
Nessa situação, a competência para processá-lo e julgá-lo é do Conselho Especial.
- 29** Uma lei aprovada pela maioria absoluta dos deputados distritais criou nova região administrativa, pelo desmembramento de região já existente.  
Nessa situação, a nova região permanecerá sob a área de jurisdição da circunscrição judiciária da qual tiver sido desmembrada.
- 30** Sérgio é o juiz de direito mais antigo do TJDFT.  
Nessa situação, no caso de promoção por antiguidade, o tribunal de justiça somente poderá recusá-la a Sérgio pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- 31** Vinícius, com o falecimento do seu pretenso pai, ajuizou ação de petição de herança cumulada com ação de investigação de paternidade, para demandar o reconhecimento de seu direito sucessório e obter a restituição da herança a que teria direito.  
Nessa situação, com base na lei em questão, a competência para processar e julgar esse feito é de uma das varas de família da circunscrição judiciária do lugar do último domicílio do falecido.
- 32** João ajuizou ação de indenização contra Benício, em face da rescisão antecipada de contrato de arrendamento rural celebrado entre as partes, ora litigantes. Devidamente citado, Benício apresentou contestação, afirmando que o imóvel, objeto do contrato de arrendamento rural, havia sido vendido para um terceiro. O juiz da causa, analisando a documentação constante dos autos, deduziu a existência de interesse do Distrito Federal (DF), tendo em vista que as terras em discussão lhe pertenciam, e determinou que fosse oficiado o DF para manifestar-se a esse respeito. Após esse fato, o DF interveio no processo na condição de oponente.  
Nessa situação, a ação inicialmente proposta na vara cível passará à competência de uma das varas de fazenda pública do DF.

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 33** Em documento dirigido ao governo do Distrito Federal, determinada entidade religiosa sediada nessa unidade da Federação descreveu a forma como organizava seus cultos para justificar pedido de subvenção com recursos financeiros públicos. Nessa situação, o pedido pode ser atendido, pois a Lei Magna permite a subvenção de recursos financeiros públicos às entidades religiosas, desde que essa distribuição se faça de forma igualitária e impessoal. Além disso, a liberdade de consciência e de crença religiosa, assegurada pela Constituição, autoriza que o respectivo culto se faça na forma como definida pelas respectivas entidades religiosas, sem qualquer interferência do Estado.
- 34** João é proprietário de um apartamento na Asa Norte, em Brasília, que se encontra alugado a Maria. Com o objetivo de verificar as condições de manutenção do referido imóvel e utilizando uma chave reserva, João ingressou no apartamento, sem o consentimento de Maria. Nessa situação, não houve qualquer violação a direito fundamental, pois João apenas exerceu o seu direito de proprietário-locador.
- 35** Determinada associação de apoio à terceira idade, pessoa jurídica legalmente estabelecida, tem por objetivo cuidar da saúde física e psíquica de pessoas com mais de 60 anos de idade. No entanto, após vistoria das instalações físicas da associação pela autoridade competente, constatou-se que o prédio não tinha condições de servir de asilo aos idosos. Nessa situação, cabe à administração local dissolver compulsoriamente a referida associação, por meio de ato administrativo.

Acerca da organização do Estado, julgue os próximos itens.

- 36** No âmbito da repartição de competências materiais, é de competência comum da União, estados, DF e municípios registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- 37** No âmbito da competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais tratando determinada matéria de forma inovadora revoga lei estadual anteriormente editada, no que lhe for contrário.
- 38** As terras devolutas pertencem aos estados, com exceção das terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

Acerca da organização do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 39** O Conselho Nacional de Justiça é órgão integrante da estrutura do Poder Judiciário, com jurisdição em todo o território nacional.
- 40** A Constituição Federal, após o advento da Emenda Constitucional n.º 45/2004, vedou as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, o que não se estende aos tribunais superiores.
- 41** A Constituição autoriza que servidores da justiça possam receber delegação para a prática de certos atos de competência dos juízes, como atos de administração ou de mero expediente.
- 42** Compete ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de projeto de lei que disponha sobre a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos serviços auxiliares do TJDF, já que esse tribunal pertence à União.
- 43** Um sexto dos membros do Superior Tribunal de Justiça deve necessariamente ser oriundo da carreira de advogados.
- 44** Os tribunais regionais federais, os tribunais de justiça dos estados e do Distrito Federal e os tribunais regionais do trabalho podem funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo em geral no âmbito da administração pública federal, julgue os itens seguintes.

- 45** Uma associação, mesmo que legalmente constituída, não tem legitimidade para promover a defesa de direitos ou interesses difusos no âmbito do processo administrativo.
- 46** Em regra, as delegações são permitidas como forma de desconcentração. No entanto, excetuam-se dessa regra, por expressa disposição legal, a edição de atos normativos, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva.

Acerca da Lei n.º 11.416/2006, que trata do regime jurídico das carreiras de servidores do Poder Judiciário da União, e do regime jurídico dos servidores públicos civis federais previsto na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal, julgue os itens subseqüentes.

- 47 A promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de um ano em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento.
- 48 A reversão no interesse da administração ocorre por determinação da própria administração e atinge ex-servidor que, quando em atividade, era detentor de cargo efetivo e tenha sido aposentado voluntariamente nos últimos cinco anos.
- 49 Um servidor que tenha tomado posse no dia 10 de novembro de 2006 pode ter gozado o primeiro período de férias no período de 1.º a 30 de dezembro de 2007 e um novo período de férias em janeiro de 2008.
- 50 Ações de treinamento, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação em áreas de interesse do Poder Judiciário dão direito ao servidor público detentor de cargo efetivo no âmbito do Poder Judiciário da União de pleitear adicional de qualificação incidente sobre o valor do seu vencimento básico, se tal capacitação não constituir requisito para ingresso no cargo ocupado pelo servidor.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Brasília, 17 de fevereiro de 2008.

Ofício n.º 25/AGU

Senhor Chefe de Gabinete,

Informamos que a Advocacia-Geral da União (AGU) no estado do Amazonas foi transferida para novo endereço. Desde 15 de fevereiro do corrente ano, a sede da AGU fica na Avenida X, n.º 100, Manaus. O número de telefone continuando o mesmo: 0000 0000.

Considerando o fragmento de texto acima, que exemplifica o início de um ofício, julgue os seguintes itens, a respeito da redação de documentos oficiais.

- 51 Para que as normas de redação do padrão ofício sejam respeitadas, no exemplo acima, o local e a data de emissão do documento devem ser deslocados para depois da identificação do ofício, alinhados à margem direita.
- 52 No padrão de ofícios, memorandos e cartas-circulares, o respeito à clareza da comunicação exige que sejam explicitados o remetente, o destinatário e o assunto do documento antes do vocativo, da seguinte forma:  
DE: Advocacia-Geral da União (AGU) no estado do Amazonas  
PARA: YYYYYY  
Assunto: WWWW
- 53 No exemplo apresentado, foi desrespeitada a normatização no vocativo, pois é necessário identificar o destinatário também pelo nome e sobrenome.
- 54 A impessoalidade exigida pelos documentos oficiais requer que a primeira pessoa do plural em “Informamos” seja trocada pela forma indeterminada correspondente: Informa-se.
- 55 Na oração final do fragmento acima, para que a norma padrão de língua portuguesa seja respeitada, é necessário empregar a forma finita do verbo, **continua**, em vez de “continuando”.

EMENTA: Medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade. Lei n.º 8.429, de 2/6/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Alegação de vício de forma ocorrido na fase de elaboração legislativa no Congresso Nacional (CF, Artigo 65).

Coordenação de Análise de Jurisprudência. Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 2.182 – 6. Distrito Federal (com adaptações).

A partir do texto da ementa acima, julgue os próximos itens.

- 56 O uso de frases nominais e formulação objetiva observada no texto acima deve-se à função da ementa, que é a de fornecer resumo do assunto.
- 57 Se o termo “Lei n.º 8.429” não estivesse iniciando oração, a letra maiúscula deveria ser substituída por minúscula: lei n.º 8.429.
- 58 Os verbos flexionados na terceira pessoa do singular em “dispõe” e “dá” deixam subentender como sujeito sintático “EMENTA”.
- 59 Se o texto acima fizesse parte de uma ATA, seria recomendado que a data “2/6/1992” fosse escrita por extenso: dois de junho de um mil novecentos e noventa e dois; mas, no caso de ementas, relatórios e pareceres, basta a redação em algarismos.
- 60 Ao se substituir o trecho “de 2/6/1992, que dispõe” por **de 02.06.1992. Dispõe sobre**, preservam-se a correção de língua portuguesa e o respeito à normatização referente à redação de documentos oficiais.

**Texto para os itens de 61 a 75**

Uma manicure, um policial militar, um arquivista e uma auxiliar de administração são todos moradores de Ceilândia e unidos pela mesma missão. Vão assumir um trabalho até então restrito aos gabinetes fechados do Fórum da cidade. Eles vão atuar na mediação de conflitos, como representantes oficiais do TJDFT.

Os quatro agentes comunitários foram capacitados para promover acordos e, assim, evitar que desentendimentos do dia-a-dia se transformem em arrastados processos judiciais. E isso vai ser feito nas ruas ou entre uma xícara de café e outra na casa do vizinho.

O projeto é inédito no país e vai contar com a participação do Ministério da Justiça, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Universidade de Brasília (UnB), do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública.

Internet: <www2.correioweb.com.br>, acessado em 23/1/2001 (com adaptações).

Considerando o contexto apresentado acima, julgue os itens seguintes.

- 61** Considere-se que, em determinada semana, o arquivista tenha promovido 27 acordos, o que correspondeu a 18% do total de acordos promovidos pelos quatro agentes referidos acima. Nesse caso, o número total de acordos promovidos naquela semana foi igual a 150.
- 62** Suponha-se que, em certa semana, a manicure tenha promovido 25% a mais de acordos que a auxiliar de administração, e que, juntas, as duas agentes comunitárias tenham promovido 180 acordos. Nesse caso, o número de acordos promovidos pela auxiliar de administração na referida semana foi inferior a 78.
- 63** Considere-se que os números de acordos promovidos pela manicure e pelo policial militar em determinada semana estejam na proporção 2:5 e que os números de acordos promovidos pela manicure e pelo arquivista nessa mesma semana estejam na proporção 4:7. Nessa situação, na referida semana, se o policial militar promoveu 70 acordos, o número de acordos promovidos pelo arquivista foi igual a 63.

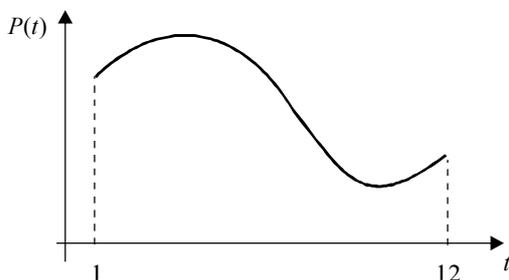
Considere-se que os quatro agentes comunitários mencionados no texto tenham mediado 440 conflitos em determinado mês. Sabe-se que o número de mediações feitas pela manicure foi igual ao número de mediações feitas pelo policial militar acrescido do número de mediações feitas pela auxiliar de administração, e que o número de mediações feitas pelo arquivista foi o dobro do número de mediações feitas pela auxiliar de administração. A partir dessas informações, julgue os próximos itens.

- 64** A auxiliar de administração mediu pelo menos 113 conflitos.
- 65** A manicure mediu pelo menos 110 conflitos.
- 66** Se a manicure mediu exatamente 150 conflitos, então o policial militar mediu 90 conflitos.
- 67** O arquivista mediu pelo menos 223 conflitos.
- 68** O policial militar mediu, no máximo, 220 conflitos.

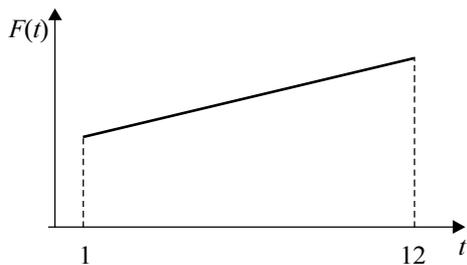
No ano em que começou a atuação dos agentes comunitários referidos no texto, o número de processos ajuizados diminuiu consideravelmente na cidade de Ceilândia. Suponha-se que, nesse ano,  $P(t)$  e  $F(t)$  correspondam, respectivamente, ao número total de processos e ao número desses processos relacionados à justiça da família ajuizados no TJDFT no mês  $t$ . Suponha-se que  $P(t) = -10t^2 + 100t + 600$  e que  $F(t) = 720 - 30t$ , com  $1 \leq t \leq 12$ , em que  $t = 1$  corresponde ao mês de janeiro,  $t = 2$  corresponde a fevereiro, e assim por diante.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes, referentes ao ano inicial de atuação dos agentes.

- 69 O número total de processos ajuizados em agosto —  $t = 8$  — foi superior a 696.
- 70 Nesse ano, maio —  $t = 5$  — foi o mês em que mais processos foram ajuizados.
- 71 Em determinado mês do ano inicial de atuação dos agentes, o número total de processos ajuizados foi igual a 600.
- 72 O gráfico a seguir ilustra corretamente o comportamento de  $P(t)$  ao longo do tempo  $t$ , para  $1 \leq t \leq 12$ .



- 73 Foi superior a 230 o número de processos ajuizados em abril que não envolveram questões familiares.
- 74 Em exatamente dois dos meses do ano inicial de atuação dos agentes, todos os processos ajuizados estavam relacionados à justiça da família.
- 75 O gráfico a seguir representa corretamente o comportamento da função  $F(t)$ .



Arquivo é a guarda sistemática de informações que servirão de base para pesquisas futuras. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

- 76** Os arquivos recebem várias classificações conforme o estágio, a fase de evolução ou a idade dos documentos sob sua guarda. No caso de documentos consultados freqüentemente, a guarda deve estar sob responsabilidade do arquivo intermediário.
- 77** A descentralização dos serviços de arquivo caracteriza-se pela manutenção, em mais de uma unidade organizacional, das atividades de guarda de documentos, de controle, de coordenação, de orientação e normativas.
- 78** Quanto à natureza dos documentos, denomina-se arquivo especial o tipo de arquivo que guarda documentos com formas físicas variadas e que necessitam de armazenamento, registro, acondicionamento e conservação sob condições especiais.
- 79** Para uma correta conservação do acervo documental em papel, a unidade de guarda dos documentos deve ser instalada em ambiente sem luz solar direta e isento de umidade.
- 80** Reservado, confidencial, secreto e ultra-secreto são graus de sigilo aplicados a documentos que necessitam de medidas especiais de guarda e divulgação.
- 81** Com base nas regras de alfabetação, os nomes a seguir estão corretamente apresentados.  
Araújo, José Cardoso da Silva (Desembargador)  
Barbosa Neto, Pedro Paulo  
Fundação Getúlio Vargas  
Lao Xing Xiang  
Vale Verde, Ricardo Pereira do

Acerca de noções de administração financeira, julgue os itens a seguir.

- 82** Bancos, investidores, fornecedores e capital próprio são fontes de recursos para financiar as atividades das empresas.
- 83** Os valores referentes a caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e mercadorias em estoque são registrados no ativo circulante.
- 84** Se uma empresa tem, em seu balanço patrimonial, R\$ 75.500,00 no ativo circulante, R\$ 58.600,00 no passivo circulante e R\$ 12.000,00 em estoques, então seu índice de liquidez corrente é de 1,08.
- 85** No regime de juros compostos, um capital de R\$ 75.000,00, aplicado por 2 meses à taxa de 5% ao mês, rende juros inferiores a R\$ 7.600,00.
- 86** Compra de ativo imobilizado é classificada como atividade de investimento.

Carlos faz periodicamente seu plano de contas, registrando cuidadosamente os pagamentos e recebimentos em ativos e passivos. Ele reside em imóvel próprio e parcelou em seis parcelas o valor correspondente ao imposto predial e territorial urbano (IPTU) de 2008 desse imóvel. Ele é proprietário de um apartamento que está alugado, cujo contrato de locação prevê como obrigação do locatário o pagamento das parcelas referentes ao IPTU.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 87** No plano de contas de Carlos, as parcelas do IPTU de sua residência e do apartamento alugado devem ser lançadas no passivo.
- 88** No plano de contas de Carlos, o valor do apartamento alugado deve ser lançado no ativo.
- 89** Quanto mais ativos Carlos acumular, mais renda ele poderá obter, pois mais recursos ele terá para investir em ativos que gerarão mais renda.

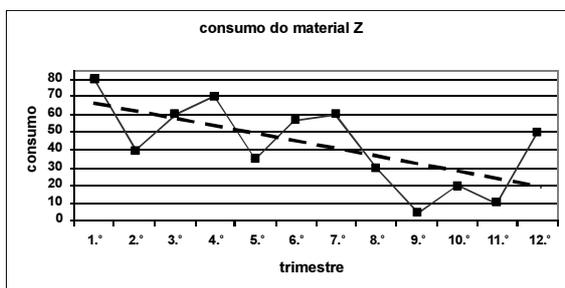
RASCUNHO

Julgue os itens subsequentes, acerca de noções de administração de recursos humanos.

- 90** Na elaboração do plano de cargos, a atividade de especificação de cargo objetiva descrever conhecimentos e habilidades necessárias ao desempenho de cargos.
- 91** Considere-se que uma organização pretenda promover um empregado de destaque do cargo que ocupa para um cargo que lhe exigirá maiores habilidades e competências. Nessa situação, seria adequado que o referido empregado passasse por um programa de desenvolvimento para se capacitar para o novo desafio.
- 92** Compromissos particulares, doenças, acidentes e transporte público precário são fatores que interferem no índice de absenteísmo.
- 93** A respeito do processo de seleção de pessoas, é correto afirmar que a entrevista que utiliza roteiro preestabelecido com questões fechadas, comparativamente à entrevista que utiliza questões abertas, é a que permite maior aprofundamento em relação aos dados a serem coletados do candidato.
- 94** A movimentação de funcionários entre as unidades organizacionais é denominada rotatividade de pessoal.
- 95** Considere-se que uma organização queira avaliar características correspondentes a desempenhos altamente negativos de seus empregados em função de uma atividade que venha apresentando muitas falhas. Nessa situação, a organização pode utilizar o método dos incidentes críticos.

Julgue os próximos itens, que se referem a noções de administração de materiais.

- 96** O gráfico seguinte apresenta tendência decrescente no consumo do material Z.



- 97** Análise da requisição de compra, recebimento e aceitação da mercadoria e aprovação da fatura para pagamento do fornecedor são fases do ciclo de compras.
- 98** Tempo de reposição é o termo empregado para o período contado a partir da demanda de um bem a determinado fornecedor até a sua efetiva entrega na organização.

Ainda com referência a noções de administração de materiais, julgue os itens a seguir.

- 99** Considere o consumo de determinado material apresentado a seguir.

mês	unidades
janeiro	250
fevereiro	280
março	320
abril	290
maio	300
junho	310

Nessa situação, a previsão de consumo para julho será superior a 310 unidades, se for empregado o método do último período para previsão do consumo.

- 100** Predileção é um grupo de técnicas de previsão de consumo que tem como base a premissa de que o futuro será a repetição do passado.

A respeito do Provimento Geral da Corregedoria, julgue os itens seguintes.

- 101** Compete aos juízes exercer o poder disciplinar sobre os servidores que lhes sejam subordinados.
- 102** Nas varas criminais, são dispensados de inspeção direta os inquéritos policiais baixados às delegacias de origem.
- 103** O cumprimento de cartas precatórias não depende de prévio recolhimento de preparo.
- 104** Nos casos de tutela e curatela, extinto o processo, será imediatamente expedido o ofício de baixa ao Serviço de Registro de Distribuição.
- 105** Nas varas criminais, têm andamento prioritário os processos de *habeas corpus* e os relativos a réus presos.
- 106** Em se tratando de prisão provisória, o juiz da vara criminal pode conhecer pedidos de remoção de presos.
- 107** O juizado central criminal, nos dias de expediente forense, tem horário de funcionamento das 6 horas às 24 horas.
- 108** Nos juizados especiais cíveis, as execuções definitivas devem ser distribuídas e não podem ser realizadas nos próprios autos.
- 109** Os recursos oriundos dos juizados especiais cíveis são julgados por uma das turmas cíveis do TJDFT.
- 110** Nos processos que corram em segredo de justiça, o exame dos autos, assim como a carga, somente poderá ser feito por advogado com procuração nos autos.

Do outro lado do balcão, o funcionário tem dificuldades para explicar ao inquieto cliente que não é ele quem faz, por exemplo, as leis do país ou as normas da instituição; que ele não dispõe da informação desejada; ou, ainda, que ele não sabe porque o terminal de computador está fora do ar. A situação do funcionário é, nesses casos, extremamente incômoda, pois os valores organizacionais do tipo “o cliente sempre tem razão” ou “o funcionário é a imagem da instituição” não deixam impune qualquer tentativa de desabafo. As relações sociais de tensão e de conflito com o público transformam o atendente em uma espécie de “para-raios afetivo”, destinado a captar as descargas emocionais dos clientes.

M. C. Ferreira. Serviço de atendimento ao público: O que é? Como analisá-lo? Esboço de uma abordagem teórico-metodológica em ergonomia. Internet: <[www.unb.br/ip/labergo/sitenovo](http://www.unb.br/ip/labergo/sitenovo)> (com adaptações).

Considerando a situação apresentada no texto acima, julgue os próximos itens.

- 111 A situação de atendimento ao público pode ser considerada como a porta de entrada para uma série de problemas que afetam a qualidade do serviço prestado pela instituição.
- 112 Uma adequada comunicação entre atendente e usuário, sem ruídos e idéias preconcebidas de ambas as partes, pode minimizar a repercussão de conflitos.
- 113 O servidor que não ouve as reclamações do usuário do serviço público apresenta comportamento de objetividade e discrição para com ele.
- 114 Na situação descrita no texto, as dificuldades apresentadas decorrem da organização do trabalho pela instituição.
- 115 O cenário descrito ilustra uma situação que pode contribuir para a formação de uma imagem precária do serviço de atendimento ao público perante a opinião pública.

---

Uma servidora, cedida via convênio para outro órgão, solicitou, na unidade de gestão de pessoal, uma cópia do seu último contracheque para resolução de problemas pessoais. Ao ser atendida, foi informada que as cópias dos contracheques se encontravam disponíveis na Internet e que o órgão de pessoal não possuía mais a obrigação de fornecê-las ao servidor. Ela foi informada, ainda, que o acesso aos contracheques pela Internet seria realizado a partir de uma senha e pelo cadastro de um *e-mail* correspondente. O *e-mail* cadastrado para a servidora estava errado e, por isso, seria necessário alterá-lo para a realização do procedimento de cadastro de senha e obtenção do acesso. A servidora passou a reclamar muito das dificuldades implementadas pelo órgão público para que ela obtivesse o contracheque e da qualidade do atendimento recebido. Após ouvir atentamente a servidora, solicitar que ela se acalmasse e adverti-la da possibilidade de desacato, o atendente se dispôs a imprimir o documento para ela.

A partir da situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 116 O estabelecimento de prioridades no contexto de atendimento ao público acarreta a ocorrência de conflitos.
- 117 O servidor público, quando estiver diante de duas opções, deve escolher sempre a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- 118 O comportamento do atendente demonstrou falta de presteza e de cortesia para com a servidora cedida.
- 119 Ao entregar cópia do contracheque à servidora cedida, o atendente infringiu as normas que regem o serviço público porque retirou, sem estar legalmente autorizado, documento pertencente ao patrimônio público.
- 120 O caso apresentado ilustra como o atendente pode se ver na situação de ter de ouvir reclamações contundentes e precisar manter atitude cortês. Entretanto, existem limites que, se ultrapassados pelo usuário, configuram desacato à autoridade do servidor público no exercício de sua função.

